

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

THE INSTRUMENTALISATION OF LIE IN INTERNATIONAL POLITICS

Alexandre César Cunha Leite¹

Raquel Katilyn Santos da Silva²

Universidade Estadual da Paraíba

Departamento de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Resumo: A instrumentalização da mentira na política internacional objetiva explicar porque e como o engano é utilizado para obter vantagens políticas no cenário internacional. À luz do realismo ofensivo de Mearsheimer, a mentira é compreendida como uma ferramenta estratégica de poder estatal, apresentando razão e efeito na sua articulação em manobras políticas. Este artigo emprega o método de abordagem dedutivo e segue a perspectiva utilitarista à medida que compreende a mentira como recurso que serve à razão de Estado, refletindo, assim, o mínimo de legitimidade política. Desse modo, o estudo se inicia com um apanhado geral do tema. Em primeiro, a mentira estratégica é definida e distinguida de outras formas de engano interestatal, a omissão e a torção. A seção posterior oferece uma discussão teórica entre a perspectiva realista ofensiva e outras contribuições relativas às Relações Internacionais acerca da utilidade estratégica da mentira. Finalmente, o estudo culmina na análise da Guerra do Iraque, em 2003, como caso ilustrativo específico dos efeitos da mentira na política internacional. Assim, a mentira instrumentalizada com finalidades políticas se demonstra comprovadamente estabelecida entre os Estados. Em vista das inúmeras especificidades de sua eficácia, é um instrumento sutil e dotado da racionalidade decorrente dos cálculos de poder intrínsecos à insegurança do sistema internacional anárquico.

Palavras-Chave: Mentira. Política Internacional. Realismo Ofensivo. Guerra do Iraque.

Abstract: The instrumentalisation of lie in international politics aims to explain why and how the deception is used to obtain political advantage in the international arena. In the light of Mearsheimer's offensive realism, a lie is understood as a strategic tool of state power, with reason and effect in its articulation in political maneuvering. This article uses the deductive method of approach and the utilitarian perspective as it recognises the lie as a resource that serves the reason of State, reflecting the minimum of political legitimacy. Hence, the study begins with an overview of the subject. At first, the strategic lie is defined and distinguished from other forms of interstate mistake, omission and twist. The subsequent section offers a theoretical discussion of the offensive realism and other contributions relating to International Relations about the strategic utility of lie. Finally, the study evaluates the Iraq War, in 2003, as a particular case of the effects of lying in international politics. So, the instrumentalised lie for political purposes is established among those States. Given the numerous particularities of its efficacy, it is a subtle instrument and full of rationality resulted from calculation of power linked to the insecurity of the anarchical international system.

Key-words: Lie. International Policy. Offensive Realism. Iraq War.

Recebido: 04/01/2016

Aprovado: 25/03/2016

¹ alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br

² raquelkatilyn@gmail.com

Considerações iniciais

A mentira tem sido instrumentalizada de modo a satisfazer os propósitos e as estratégias políticas dos Estados. Sendo amplamente discutida e questionada pelo pensamento ocidental, ela apresenta suas razões de existência, bem como variedades de manifestações e possíveis custos-benefícios decorrentes de seu uso. Desse modo, ao ser utilizada “para o bem da pátria”, a mentira se torna um caminho sutil para o desenvolvimento de políticas de Estado; seja para evitar a guerra ou para provocá-la, a depender dos interesses dos envolvidos, ou, ainda, para impedir ações hostis e ameaçadoras de outros países sobre os interesses nacionais.

Transformar a mentira estratégica em um objeto de estudo científico é um trabalho que pode ter como marco inicial a publicação de John J. Mearsheimer, intitulada “Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional”. É válido ressaltar, no entanto, que Mearsheimer não é o primeiro ou o único a tratar do assunto, outros autores, porém, não trouxeram essa temática ao contexto do cenário internacional, fazendo relevantes considerações gerais. Mearsheimer (2012), por outro lado, busca destrinchar as causas e os efeitos da mentira envolvida em articulações do jogo político, habilitando e conferindo a esse tema inúmeros motivos pelos quais deva ser estudado no processo cumulativo de conhecimento inerente à ciência.

Certamente os estudiosos de política externa encontram nesta linha de pesquisa um auxílio às suas indagações, haja vista que se dedicam a encontrar características, pressupostos e argumentos sólidos que possam embasar teorias e estabelecer padrões de comportamento dos Estados, a fim de favorecer a inserção internacional de seus países. Acerca disso, Carr (2001) sustenta que o pensamento maduro do fazer ciência política apresenta mais que, apenas, objetivo utópico e menos que, simplesmente, rejeição a qualquer objetivo. O pensamento maduro é capaz de combinar objetivo, observação e análise, e é nesse ponto que a teorização sobre a mentira se insere. Portanto, o fato de ser a mentira um artifício presente no jogo político, com a capacidade de movimentar interesses e reconfigurar arranjos estabelecidos entre os atores internacionais, já apresenta em si a significância necessária para que seja tomada como um válido objeto de pesquisa.

Seguindo a perspectiva utilitarista, a instrumentalização da mentira na política internacional encontra respaldo na ética da responsabilidade (WEBER, 1919) do governante para com o bem da pátria e dos seus concidadãos, não sendo impedida, portanto, por quaisquer valores morais de comum aceitação. Por esta razão, a mentira é teorizada sob os princípios realistas, recebendo ênfase na contínua busca do Estado por sobrevivência e poder. Seu uso discreto no cenário internacional não está desvinculado das formas de se pensar a

política e o comportamento dos atores internacionais, ou seja, a instrumentalização da mentira é respaldada por uma teoria.

No realismo ofensivo, a utilização da mentira estratégica encontra pleno respaldo, haja vista que ambos, teoria e objeto de estudo, são dotados da mesma lógica causal. A mentira é instrumentalizada por líderes de Estados que estão racionalmente comprometidos com a maximização de suas capacidades relativas, com o propósito de garantir sua própria segurança em um sistema anárquico. Nesse sentido, a Guerra do Iraque em 2003 se revela como um exemplo clássico do que a mentira é capaz de prover e por quais finalidades é utilizada. Embora nenhum estrategista político exalte meios moralmente controversos para a obtenção de interesses essenciais, não se exime de fazer uso do que esteja à sua disposição para propósitos políticos mais amplos. A mentira estratégica se trata de uma arma de interesses políticos; sua essência controversa destaca cenários mais drásticos, fazendo lembrar o Estado de Natureza hobbesiano e tornando o realismo ainda mais enfático.

Este artigo considera especificamente duas questões centrais ao tema: como a mentira é instrumentalizada na política internacional e por que ela é utilizada por atores internacionais como um instrumento político. A fim de responder a estes questionamentos, a análise da utilização da mentira na política internacional buscará atender a três objetivos específicos: fazer a descrição teórica da mentira como um instrumento de manipulação política; avaliar a relação existente entre a mentira política internacional e a teoria realista ofensiva das Relações Internacionais e, finalmente, desenvolver a ilustração de um caso específico do uso da mentira estratégica, a guerra do Iraque em 2003. Portanto, o método dedutivo será seguido, tomando como base as considerações gerais de Mearsheimer (2012) em diálogo com outras vertentes realistas e aplicando a compreensão do uso da mentira estratégica à ilustração de um caso específico.

1. Delimitação conceitual

A mentira é um tipo de enganação, a exposição positiva de fatos falsos, cujo propósito é fazer seu público-alvo acreditar ser verdade aquilo que de fato não é. Para Bobbio, a mentira surge a partir da contraposição estabelecida entre a manipulação e a persuasão, especialmente política. “Trata-se, no entanto, de uma persuasão ilusória ou, [...] de uma persuasão oculta, portanto, de uma forma de Manipulação” (BOBBIO, 1998, p. 727).

Segundo Mearsheimer (2012), uma pessoa mente quando faz uma afirmação que ela mesma julga ser falsa, na intenção de enganar. Contudo, mentir vai além de fazer oposição direta à verdade. Nesse sentido, Alterman (2004, p. 4) cita Montaigne ao asseverar que "o

oposto à verdade tem cem mil formas e um campo ilimitado”. Candiotta (2007), ao citar Foucault, afirma que a verdade vai além da singularidade do acontecimento e o que é considerado como verdadeiro acontece em tempos e espaços específicos, haja vista que uma verdade não pode ser válida em todos lugares e o que é considerado verdadeiro não necessariamente o será em outro momento.

Nesse sentido, é possível compreender que a verdade é algo relativo no meio político, e uma verdade é diferente da outra, assim como a mentira. Sendo percebidas por meio de perspectivas distintas, verdade e mentira apresentam características específicas que merecem ser analisadas. Estudar o papel da mentira no sistema internacional passa também por desvendar as verdades e as razões políticas que se escondem por trás da mentira utilizada na política internacional.

A mentira pode envolver, também, a invenção e a afirmação de fatos falsos, a negação de fatos verdadeiros e, inclusive, o arranjo dissimulado de fatos verdadeiros para a formulação de uma história fictícia. Seu objetivo final sempre será conduzir o público-alvo, por quaisquer que sejam os meios, a uma conclusão falsa. Esta definição é a base para esta análise e norteará tudo mais quanto se propõe acerca da instrumentalização das mentiras entre os Estados. Mearsheimer (2012) define a mentira atribuindo-lhe o caráter de ação afirmativa efetuada no intuito de enganar; é importante ter isso em conta ao analisar as multiformes variedades de seu uso no ambiente político.

Não obstante, existem, evidentemente, outras definições para a mentira, as quais podem ser consideradas e contrastadas à definição base deste trabalho, proposta por Mearsheimer (2012). Uma importante definição para a mentira é elaborada por Sissela Bok. Para ela, a mentira é a disposição de enganar a outros de modo intencional, formulando uma declaração enganosa que os faça crer naquilo que o mentiroso não acredita (BOK, 1999, p. 14). Seu pensamento sobre a mentira é seguido por Barnes, o qual afirma que a mentira serve aos propósitos do mentiroso e se constitui de uma declaração feita na intenção de enganar, um jogo sobre o estado do mundo, incluindo as intenções e atitudes do mentiroso (BARNES, 1994, p.11).

Estas definições são válidas, pois apontam para interessantes características sobre o uso da mentira, como o fato de que os mentirosos realmente não acreditam na história falsa que propuseram, além de que tendem a fazer com que o enganado seja iludido também sobre as ações e intenções do enganador. Contudo, essas definições ainda são genéricas se contrapostas à definição de Mearsheimer (2012), pois esta delimita de modo mais rigorosamente preciso aquilo que pode ser considerado como mentira.

Outras definições sobre a mentira não fazem a imprescindível distinção entre as diferentes formas que o engano pode apresentar. Mearsheimer (2012), no entanto, estipula limites para o seu conceito de mentira e aponta como esta pode ser distinguida das outras principais formas de engano. Mais do que definir a mentira, ele restringe o que se pode chamar de “mentira política internacional”, ou seja, a mentira que é utilizada por líderes políticos. O destaque na adoção desta definição se faz importante, pois a abrangência do significado poderia abarcar diversas manifestações de engano como sendo usos de mentira.

Para fazer a correta distinção das formas de engano que podem estar presentes nas manipulações políticas, Mearsheimer (2012) fornece a definição de enganação como sendo a categoria geral daquilo que se contrasta à verdade. A enganação consiste nas medidas planejadas para impedir o indivíduo de conhecer a verdade, de modo direto e completo, acerca de determinado assunto. Nesse sentido, segundo o autor, ela se desmembra em três comportamentos distintos que, por vezes, podem ser difíceis de dissociar, a saber: a torção, a omissão e a mentira.

Já Bobbio (1998, p. 727) considera a manipulação como uma espécie de poder. Seu conceito referente ao condicionamento intencional do comportamento alheio dá margem para crer que a mentira desempenha o mesmo papel que a manipulação. Porém, diferentemente do que Bobbio propõe, esta análise não entende a mentira como, simplesmente, parte da manipulação. Pelo contrário, a ênfase recai justamente sobre como a mentira se expressa para manipular. Ao definir e restringir o significado da mentira, Mearsheimer (2012) a concebe como um comportamento que não é frequente entre os Estados, enquanto Bobbio vislumbra várias oportunidades para enganar a partir da manipulação, considerando-a “frequente, especialmente em política” (BOBBIO, 1998, p. 727).

A torção consiste na interpretação tendenciosa de fatos que são conhecidos, maximizando alguns deles, minimizando e ignorando outros, dando ou retirando ênfases ao contar determinada situação, com o propósito de favorecer algo ou alguém. Se difere da mentira, porém, por não ser uma história inteiramente falsa, mas exageradamente distorcida. Já a omissão, por outro lado, refere-se à retenção de informações que possam causar prejuízo à condição de alguém. Na omissão, o indivíduo visa a esconder evidências, simplesmente, deixando de mencioná-las. Se, ao ser confrontado por muitas questões, ele dá algum passo à falsidade, no intuito de esconder a informação, sua condição passa de omissão para mentira. Na definição de Mearsheimer (2012), para ser mentira é necessário que o indivíduo dê um passo positivo para enganar alguém.

Os diversos tipos de engano apresentam diferentes características e especificidades. A torção e a omissão, por exemplo, são mais fáceis de se detectar do que a mentira em si. Por esse motivo, são mais facilmente aceitos na política, seja interna ou externa, como também são menos passíveis à reprovação das pessoas. Mearsheimer (2012) explica que é mais fácil para os ouvintes perceberem que estão sendo enganados nos casos de torção e omissão, em vista da ausência de partes da história ou da precisão no desenrolar dos fatos. O espaço para a suspeita é o que torna esses tipos de enganação discerníveis com mais facilidade, e as maiores chances de descobrir a verdade diminuem a condenação do engano por parte dos ouvintes. Contudo, é válido ressaltar, a mentira é o objeto desta análise e, segundo Mearshseimer (2012), as chances de a verdade vir à tona não deixam de ser pensadas e pesadas pelos Estados no uso de mentiras construídas com finalidades políticas. Apesar da avaliação dos fatos verídicos que se objetiva encobrir com o engano, o enfoque da lógica causal ainda recai sobre a construção da mentira e não da verdade.

A mentira, por outro lado, é de mais difícil detecção. Esta característica a qualifica ainda mais como um comportamento que “deva ser” considerado reprovável diante das pessoas, tolerável apenas na política externa e, ainda assim, sob determinadas circunstâncias. Segundo Mearsheimer (2012), mentirosos habilidosos são capazes de mentir de tal forma que não deixam lacunas para o questionamento, embora perguntas possam ser feitas acerca dos aspectos mais específicos do assunto. Por isso, é preferível aos governos a utilização de outros recursos de engano antes da mentira, em razão do opróbrio que esta confere. Em meio a determinadas circunstâncias, nas quais líderes tenderiam à enganação, a mentira é o último dos recursos a ser utilizado. Mearsheimer rejeita a lógica de que a mentira deixa de ser um tipo de engano quando o consenso geral já não espera que seja dita a verdade sobre determinados assuntos. Os falseamentos apresentados no intuito de enganar os ouvintes, acerca de qualquer assunto, são o que constitui a essência da mentira.

2. Classificações da mentira

Para Mearsheimer (2012), uma das principais classificações da mentira é a “mentira estratégica”, aquela utilizada na política internacional e que possui um mínimo de legitimidade, em vista de servir ao bem da pátria. As mentiras estratégicas podem ser utilizadas sob cinco formas, a saber: as mentiras inter-Estados; a difusão do medo; os acobertamentos estratégicos; a mitificação nacionalista e as mentiras liberais. Em contrapartida, existem as “mentiras egoístas”, as quais pouco têm a ver com a razão de Estado, mas visam a atender aos interesses de um grupo seletivo da população. As mentiras

sórdidas podem ser de dois tipos: o imperialismo social e os acobertamentos deploráveis, conforme quadro um mais abaixo, elaborado pelos autores, a partir de Mearsheimer (2012).

As mentiras também são classificadas como domésticas ou internacionais, apesar de que o engano pode ultrapassar os limites desses espaços. Mearsheimer (2012) afirma que a mentira doméstica é a mais usual aos líderes, porém é menos aceitável pela sociedade, porque a hierarquia de poder interna do Estado elimina o pressuposto da sobrevivência para a legitimação do uso da mentira. Segundo Mearsheimer (2012), o abuso na frequência desse ato pode acarretar a deterioração da unidade interna estatal, pois a população, ao descobrir o engano, sente-se traída pelos próprios líderes.

Já a mentira internacional é pouco utilizada entre os líderes e mais aceitável à sociedade, conquanto que os resultados de seu uso sejam positivos e proporcionem o benefício da população. Esta constatação ocorre especialmente em democracias, porque estas em geral, assevera Mearsheimer (2012), são levadas pela ambição a provocar guerras de escolha. “Guerras de escolha” são iniciadas pela disposição ambiciosa do Estado por mais poder, “quando não há um perigo claro e iminente aos interesses do país que só possa ser enfrentado pela força” (MEARSHEIMER, 2012, p. 23). Contudo, o realismo ofensivo não faz distinção acerca do caráter da forma de governo, seja ele democrático ou autocrático, o Estado fará tudo quanto puder para garantir seu próprio favorecimento no sistema internacional.

O fato é que os Estados, mesmo que não sejam impedidos por fatores meramente morais em suas empreitadas ofensivas da busca pelo poder, costumam legitimar suas ações em princípios liberais. A razão do discurso liberal, afirma Mearsheimer (2012), apoia-se no pressuposto de que as pessoas costumam considerar seus Estados como heróis e os outros, Estados rivais, vilões do cenário internacional.

Mearsheimer (2012) afirma que os líderes não mentem com tanta frequência como se imagina em geral. Alterman (2004) discorda da ideia de pouca frequência da mentira no meio político internacional. Para ele, as mentiras são frequentes e naturalizadas entre os governos. Mearsheimer (2012) sustenta seu pensamento na dificuldade de obtenção de registros históricos comprovados, como também na restrição do que ele conceitua como mentira. Porém, não existem garantias reais e concretas de que a mentira não é instrumento corriqueiro entre os Estados. Por mais que os meios de comunicação disponham de sofisticação tecnológica atualmente, existem áreas de negociação política de acesso apenas aos governantes dos países.

Sem negar que a mentira pode ser utilizada para além da utilidade, motivada pela ganância ou por interesses sórdidos dos homens, Mearsheimer (2012) rebate e refuta o

pensamento meramente depreciativo da mentira e apresenta uma lógica causal, um sentido que ultrapassa a caracterização “egoísta”, apontando para a existência de uma razão 'nobre' na busca dos efeitos úteis que a mentira pode prover para o benefício do Estado. É importante destacar que ao refutar a impressão completamente negativa acerca da mentira, nem Mearsheimer, nem este artigo, pretendem fazer apologia ao uso desse instrumento nas relações estabelecidas entre os seres humanos ou entre os Estados. Em outras palavras, não se pensa que a mentira é uma virtude, mas sim uma arma de poder.

QUADRO 1 AS CARACTERIZAÇÕES DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

| MENTIRAS | PÚBLICO ALVO | DESVANTAGEM |
|------------------------------------|---|---|
| Inter-Estados | - Outros Estados | - Mínima em termos domésticos - Pouco risco de ricochete - Risco de sair pela culatra (A mentira é imediatamente descoberta ou muito bem contada acarretando prejuízo ao emissor) |
| Difusão do Medo | - População Doméstica - Outros Estados | - Transbordamento para a esfera doméstica - Propícia a ricochete - Sair pela culatra |
| Acobertamentos Estratégicos | - População Doméstica - Outros Estados | - Propícia a ricochete - Grande risco de sair pela culatra |
| Mitificação Nacionalista | - População Doméstica - Outros Estados | - Pouco risco de prejuízos nacionais ou internacionais - Pouco risco de ricochete - Os mitos não acompanham o nacionalismo em si, na motivação das guerras (ou seja, mitos não provocam as guerras) |
| Mentiras Liberais | - População Doméstica - Outros países | - Pouco risco de prejuízos nacionais ou internacionais - Pouco risco de ricochete |
| Imperialismo Social | - População doméstica | - Não é uma mentira estratégica - Tem influência corruptora na sociedade - Põe em risco o interesse nacional mais amplo - Não tem legitimidade |
| Acobertamentos Deploráveis | - População doméstica | - Não é uma mentira estratégica - Tem influência corruptora na sociedade - Põe em risco o interesse nacional mais |

QUADRO 1 AS CARACTERIZAÇÕES DA MENTIRA NA POLÍTICA INTERNACIONAL (CONT.)

| FORMA | RAZÃO | FREQUÊNCIA |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Exagero do poderio - Mitigação do poderio - Mitigação da hostilidade para ataque/defesa - Mentir sobre ameaçar/ser ameaçado - Mentir para provocar o ataque alheio - Mentir para a espionagem/sabotagem | <ul style="list-style-type: none"> - Interesses estratégicos | <p>Não frequente em geral</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Situações de risco (+) Tempos de crise (+) Tempos de guerra |
| <ul style="list-style-type: none"> - Potencialização da ameaça | <ul style="list-style-type: none"> - Urgência da ameaça | <ul style="list-style-type: none"> (+) Democracias (-) Autocracias (-) Países fronteiriços de rivais (+) Países geograficamente distantes de rivais (+) <i>Offshore Balancers</i> (+) Países que fazem guerras de escolha |
| <ul style="list-style-type: none"> - Ocultação de política falha - Ocultação de política estratégica controversa | <ul style="list-style-type: none"> - Esconder a fraqueza do adversário - Não danificar relações externas - Não minar a unidade nacional - Esconder política controversa estratégica para obter vantagem | <ul style="list-style-type: none"> (+) Localização de risco (+) Tempos de crise (+) Tempos de guerra (+) Países rivais (+) Democracias (-) Autocracias |
| <ul style="list-style-type: none"> - Mito que engrandece o próprio Estado e deprecia os rivais (- Autoglorificação - Autociação - Difamação do outro)³ | <ul style="list-style-type: none"> - Estimular a solidariedade em grupo - Fortalecer a identidade nacional - Conquistar legitimidade internacional | <p>Ocorre o tempo todo (e são atualizados)</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Em tempos de guerra (+) Em disputas sobre a fundação de um país (especialmente se ocorreu recentemente e de modo cruel) |
| <ul style="list-style-type: none"> - Mentir ao utilizar o discurso liberal para justificar ações motivadas por interesses realistas. | <ul style="list-style-type: none"> - Acobertar o comportamento cruel do próprio país - Evitar o julgamento adjacente do descumprimento das leis liberais - Conquistar legitimidade internacional | <p>Ocorre o tempo todo</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Quando os países agem contrariamente às normas liberais |
| <ul style="list-style-type: none"> - Mentir ao povo sobre a ameaça externa para a permanência dos mesmos líderes no governo. | <ul style="list-style-type: none"> - Desviar a tenção da frente doméstica para beneficiar apenas a uma parte da população - Unir a população em torno do regime | - |
| <ul style="list-style-type: none"> - Ocultação de política falha - Ocultação de política estratégica | <ul style="list-style-type: none"> - Evitar que um líder e seus amigos recebam a devida punição pelos erros que cometeram | - |

Fonte: MEARSHEIMER (2012).

³ Estas caracterizações da mitificação nacionalista são observações de Van Evera, citadas por Mearsheimer (2012).

3. Realismo ofensivo como razão da mentira estratégica

Para trabalhar a mentira como um objeto de estudo relacionado à política internacional, faz-se necessário considerar qual formulação teórica das Relações Internacionais melhor explica esse fenômeno. O realismo ofensivo é apontado como a teoria que responde, ou melhor explica, sobre o uso da mentira, porque suas lógicas causais são as mesmas, bem como o formulador de ambos os conceitos, a saber, Mearsheimer.

A teoria pode ser descrita como a proposta de Mearsheimer, em sua obra “A tragédia das grandes potências”, com a finalidade central de demonstrar a razão da contínua luta entre os Estados pela sobrevivência por meio da maximização do poder relativo. Para atender a esse objetivo, a teoria fornece explicações sobre o passado histórico dos Estados, bem como faz previsão acerca do comportamento que se seguirá em suas futuras interações no sistema internacional anárquico, oferece uma visão de mundo a partir de “como ele realmente é”, e não de “como deveria ser” ou de “como os Estados gostariam que fosse”. Desse modo, o realismo ofensivo é descritivo ao expor a estrutura do sistema anárquico e o comportamento dos Estados, como também prescritivo, à medida que propõe como deve ser o comportamento dos Estados se estes quiserem sobreviver à insegurança da anarquia internacional (MEARSHEIMER, 2001, p. 27).

Mearsheimer (2001) se opõe a qualquer idealização de um mundo melhor, fazendo coro às postulações de Carr (2001), embora o critique por não fornecer uma teoria capaz de explicar as causas da busca do poder ou quando os Estados estarão satisfeitos com a quantidade de poder que já adquiriram. Para Mearsheimer (2001), responder a estes questionamentos é indispensável ao desenvolvimento de qualquer teorização realista. Nesse sentido, Morgenthau e Waltz recebem destaque, porque ambos se preocupam em formular respostas acerca da razão para a busca pelo poder, bem como para a quantidade necessária aos Estados.

Para Morgenthau (2003), os Estados perseguem poder por serem insaciáveis e, por esta mesma razão, buscam sempre a maximização de suas capacidades. Waltz (2002), por outro lado, afirma que não é a paixão pelo poder, mas a insegurança do sistema internacional o que motiva os Estados a perseguirem o poder. No entanto, a maximização do poder não seria a forma mais segura de prover segurança aos Estados, pois, no pensamento estrutural defensivo, os atores devem buscar apenas certa porção de poder que não reconfigure o equilíbrio de poder tão radicalmente a ponto de colocá-los em uma situação pior à anterior.

Mearsheimer (2001) concorda com Waltz acerca da insegurança da estrutura ser a razão da busca pelo poder, no entanto discorda completamente da ideia de manutenção do

status quo, como também da ação defensiva na busca limitada por poder que assegure maior segurança. No realismo ofensivo, a maior chance de sobrevivência de um ator está na maior quantidade de poder adquirido em relação aos demais, descrendo do pensamento de que os equilíbrios formados podem gerar mais estabilidade no sistema. Tal como afirma Morgenthau (2003), Mearsheimer (2001) afirma que a fatia de poder a ser buscada pelos Estados é a máxima e, dessa maneira, o realismo não faz discriminação entre Estado “bom” e “mau”, segundo a quantidade de poder que persegue, pois todos os Estados são vistos pela mesma lógica, todos estão inseridos em um sistema de insegurança internacional. Não obstante, as visões de Mearsheimer e Morgenthau divergem também acerca da causa de os Estados perseguirem o poder ser atribuída ao puro desejo pelo poder.

Posto à prova da comparação a outras vertentes, o realismo ofensivo se apresenta como a teoria realista mais completa, porque enfatiza a relevância estratégica da ação ofensiva na guerra, não negligenciando o fato de que são os constrangimentos impostos aos atores, pelo cenário anárquico, a causa da busca por poder, mas também preenchendo a lacuna deixada por estruturalistas defensivos ao negligenciar as vantagens do conflito. Em sua teoria, Mearsheimer (2001) elabora cinco pressupostos acerca do sistema internacional para analisar e comprovar a finalidade central de sua teoria, explicando porque os Estados mais poderosos, ou as grandes potências, competem entre si pelo poder, bem como porque se esforçam para chegar à hegemonia (MEARSHEIMER, 2001, p. 47). Estas são as suposições estruturais:

- 1- O sistema internacional é anárquico, porém não desordenado;
- 2- Os Estados possuem capacidade militar ofensiva e são perigosos uns aos outros;
- 3- Nenhum Estado pode ter certeza sobre a intenção do outro, embora isso não signifique dizer que tenham intenções hostis;
- 4- A sobrevivência do Estado é seu principal objetivo e a manutenção territorial e autonomia política são imprescindíveis para isso; e
- 5- Os Estados são atores racionais e pensam estrategicamente as suas próprias capacidades tanto quanto pensam as capacidades dos demais.

A junção desses cinco pressupostos explica porque os Estados são agressivos uns aos outros. Lutar para sobreviver não parece ser uma tarefa injusta, nem mesmo demonstra um caráter cruel dos Estados. Quem não pensaria ser justo lutar para a continuidade da existência de sua própria unidade política? Contudo, todas as demais constatações acerca do funcionamento do sistema, bem como sobre as capacidades e temores de todos Estados, apresentam boas razões para a conclusão de que os atores são agressivos para o próprio benefício. Mearsheimer

(2001) afirma que os Estados não apenas verificam de quanto poder os outros Estados dispõem, eles também trabalham para alcançar superioridade em prejuízo de todos os demais.

A mentira como um instrumento de poder é um tema claramente embasado em concepções realistas, desde a consideração mais básica da teoria: o poder como variável determinante nas articulações políticas firmadas entre os Estados. Nem o realismo, nem todas as demais teses existentes pretendem fornecer justificativas para as disparidades encontradas entre a ética da sociedade e ética da política, “o objetivo da ação política seja o poder pelo poder” (BOBBIO, apud MEARSHEIMER, 2012, p. 9). O que se pretende dizer com isso é que a mentira é uma arma ofensiva, desvinculada de obrigações morais comumente aceitas pela sociedade. Assim como o realismo ofensivo descreve que os Estados não desperdiçarão a oportunidade de obtenção de vantagem sobre os demais, a mentira é empregada para a sobreposição política dos Estados, ação que visa a promover, em última análise, a garantia da sobrevivência no sistema internacional.

Dentro da relação entre a teoria e o uso da mentira, pode-se observar a semelhança do engano com a prática da guerra injusta. “Guerra injusta” corresponde aqui ao tipo de conflito que não apresenta as razões necessárias para que seja considerado como justo. De acordo com Mingst (2009, p. 216), em concordância à tradição da guerra justa, teorizada por políticos normativos como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Hugo Grotius e Michael Waltzer, para que uma guerra seja considerada como justa

é preciso haver uma causa justa (autodefesa ou defesa contra outra outros, ou uma violação maciça dos direitos humanos) e uma declaração de intenção por uma autoridade competente (cujo significado, desde a formação das Nações Unidas, é interpretado como Conselho de Segurança). É preciso que os líderes tenham intenções corretas, desejem dar um fim a abusos e estabelecer uma paz justa, e já tenham esgotado as outras possibilidades para dar um fim às violações e estejam apelando para a guerra como o último recurso.

Como se sabe, a mentira é tida como uma atitude moralmente incorreta e indigna de líderes políticos, assim como a guerra injusta o é, mas ambas são ações utilizadas pelos Estados, por vezes, para a maximização de poder, mesmo que o objetivo final seja sobreviver à anarquia. A guerra, em especial, é considerada uma ação injusta e, até mesmo um crime, diante do direito internacional. A mentira, por sua vez, pode ser considerada, inclusive, a depender do juízo de valor, como um ato de violência, tal qual é o engano para Bok (1999). No entanto, o realismo ofensivo demonstra que a insegurança internacional faz com que os Estados assumam posturas que estão além do que se é moralmente justo ou aceito. Este comportamento encontra respaldo na qualificação de unidade política “soberana”, atribuição que permite aos Estados se

recusarem a cumprir os acordos que eles mesmos estabeleceram, quando essas formalidades deixam de favorecer aos seus próprios interesses políticos.

O realismo ofensivo representa de modo enfático a continuação do pensamento realista clássico: os Estados continuam em uma guerra de “todos contra todos”, buscando a maximização do poder para a sobrevivência em meio à anarquia. Nessa lógica, faz todo sentido o uso de engano como ferramenta para maior obtenção de poder, pois a mentira ultrapassa os limites da filosofia moral e remove obstáculos à consecução de objetivos políticos. A mentira também apresenta o caráter de “soma-zero”, pois ao mentir, um Estado exclui os interesses de todos os demais. As manifestações de engano furtam dos demais atores, a possibilidade de enxergar a realidade como ela é, mitigando suas possibilidades de escolhas que lhes trariam benefícios, servindo ao interesse e causa do promulgador do engano. Seria possível parafrasear as enfáticas palavras de Clausewitz (1976) para conceber que a mentira, tal como a guerra, “é uma extensão da política por outros meios”. É, portanto, um instrumento que está à serviço do Estado e não traz consigo juízo de valor moral, apenas político, no que tange à sua parte mais essencial: poder.

A aproximação causal entre objeto e teoria, mentira estratégica e realismo ofensivo, não pressupõe, contudo, o uso frequente da mentira entre os Estados, assevera Mearsheimer (2012), enfatizando a veracidade desse argumento ao se declarar como “um realista de carteirinha”. Alguém poderia ser levado a crer que assim como os Estados não se deterão na busca pela maximização do poder, também serão desenfreados no uso da mentira para captação de vantagens estratégicas. Porém, essa conclusão se demonstra errônea em razão de serem os Estados atores racionais, capazes de fazer cálculos estratégicos acerca do poder. O uso da mentira segue a mesma lógica racional dos Estados e torná-lo corriqueiro poderia acentuar exacerbadamente a desconfiança que permeia o cenário internacional, o que destruiria o pequeno espaço de confiança existente que permite aos atores o estabelecimento de relações pacíficas. Se o nível de desconfiança se elevasse dessa maneira, transformaria a anarquia internacional em um caos total, quando, na verdade, o realismo ofensivo pressupõe que mesmo a ausência de um governo central fornece certa ordem no equilíbrio de poder de Estados soberanos. Da mesma forma, até a mentira apresenta limites precisos de observação em sua instrumentalização política.

Teoria e objeto também apresentam divergências em determinadas circunstâncias, afinal não se tratam da mesma coisa. Na lógica realista ofensiva, assim como os líderes de todos os tipos concorrem pelo poder, fazem uso da mentira, sejam eles democráticos ou não (MEARSHEIMER, 2012, p. 135). No entanto, a utilização política da mentira entre Estados

pode ser avaliada como mais frequente em democracias do que em autocracias. A teoria não leva em consideração as formas de governo em si, mas considera o comportamento do Estado sob a mesma lógica, já a instrumentalização da mentira pressupõe que as formas de governo podem influir na recorrência ao uso do engano, pois os governos democráticos precisam mais de legitimidade para respaldo de suas ações.

A mentira não é apenas uma arma de ataque, mas também de defesa. Em sua utilização entre os Estados, existe um jogo de manipulação que permite tornar as relações mais tensas ou mais brandas entre os atores, daí ser utilizada também como arma de defesa. Semelhantemente, o realismo ofensivo, não é “ofensivo” por desejar o conflito, mas por demonstrar no ataque, mesmo que pacífico, isto é, mesmo que não seja materializado na guerra, oportunidades para que um Estado prevaleça, elevando seu poder às custas de outros. “Claro, o engano, novamente, como a violência pode ser usado também em autodefesa, mesmo para pura sobrevivência” (BOK, 1999, p. 19). No entanto, seguindo a lógica de “todos contra todos”, mesmo quando utilizada para a defesa, a mentira exercerá algum ataque, colocando as classificações de arma de defesa ou de ataque como uma questão referencial, pois o engano, em si, é um ataque e turvar as informações é uma faceta do poder.

Finalmente, para a devida compreensão de como a mentira pode ser instrumentalizada na política internacional, bem como das razões pelas quais ocorre este fenômeno, é preciso materializar as constatações teóricas na ilustração de um caso histórico específico. Portanto, a próxima seção trará consigo breves considerações acerca da legitimação da mentira na guerra. A guerra ao terror no Iraque em 2003 constitui uma das mais bem-sucedidas mentiras estratégicas de que se tem registro, demonstrando também como os desdobramentos que se refletiram no sistema internacional de um modo geral podem atribuir à mentira o título de “válvula de escape salvadora” ou “tiro no próprio pé”.

4. O Papel da mentira na invasão do Iraque em 2003

Com o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, foi iniciada a chamada “guerra ao terror” – o termo original *War on Terror* foi cunhado pelo presidente George W. Bush em seu discurso histórico de 20 de setembro de 2001 –, liderada pelos Estados Unidos e difundida em todo o mundo. O terrorismo propagado pelos holofotes estadunidenses foi provavelmente a maior mentira eficazmente contada no mundo ocidental de que se tem registro até então, dada a expressiva repercussão que assumiu ao longo de quase um decênio de guerra.

Com a difusão do medo, o governo estadunidense conseguiu, de fato, legitimar suas ações hostis contra determinados países orientais, fazendo uso do discurso heroico em prol da

reestabilização da segurança internacional, tida como profundamente abalada por grupos terroristas vinculados a países “maus” e descumpridores dos estimáveis preceitos liberais. Saliente-se que a difusão do medo consiste em um tipo de mentira estratégica, definido por Mearsheimer (2012), referente a uma ameaça nacional, seja ela existente ou não. Caso a ameaça realmente exista, os líderes políticos de determinado Estado potencializam sua urgência. Ocorre quando os líderes percebem uma ameaça real aos interesses do Estado, mas acreditam não deter, por meio da veracidade, suficiente poder de persuasão para fazer sua população perceber a seriedade da ameaça da mesma forma que eles. O objetivo é convencer, não apenas a população incauta, mas também a elite intelectual e, se possível, os especialistas em política externa que estejam decididos a correr o risco de não tratar a questão com a esperada relevância. E assim obter a disposição da população para o investimento dos recursos presumidamente necessários em defesa, por meio de uma política de contenção.

Segundo Mearsheimer (2012), os Estados Unidos associaram e culpabilizaram o Iraque pelos atentados do 11 de setembro, forjando a ideia de que a única forma de garantir a segurança nacional seria a empreitada na erradicação do terrorismo internacional. Além disso, para acentuar ainda mais a seriedade do terror, sob o qual o Estado norte-americano se encontrava, a acusação de que o Iraque possuía armas de destruição em massa (ADM) apontava para um perigo maior: a possibilidade de que o Iraque se dispusesse a desenvolver uma forma de terrorismo nuclear.

A guerra do Iraque teve início em março de 2003, no entanto, a preparação para o ataque foi desenvolvida com muita antecedência. É possível considerar que a guerra do Iraque fazia parte do planejamento de governo estadunidense desde que o Estado decidiu mudar a política adotada para fazer frente ao regime iraquiano, tido desde a guerra do Golfo como uma ameaça aos interesses estadunidenses.

Saliente-se que anteriormente à guerra em 2003, os Estados Unidos haviam envolvido-se em um conflito armado contra o Iraque em 1991, a guerra do Golfo. O conflito ocorreu em vista de haver o Iraque invadido o território do Kuwait, com a finalidade potencializar seu domínio no Golfo Pérsico, que detinha dois terços das reservas de petróleo do mundo. A ameaça representada pelo Iraque aos interesses estadunidenses se constitui no fato de que “Saddam já possuía o quarto maior exército do planeta em números de soldados. Agora o país seria também uma superpotência petrolífera [...] o Iraque poderia projetar seu poder e influência muito além do Golfo Pérsico [...] poderia reescrever os cálculos da política mundial” (YERGIN, 2014, p. 18).

Segundo Ritchie e Rogers (2007, p. 1), a administração de Clinton fora fortemente criticada em vista da constatação de que a política de contenção empregada na relação com o Iraque estava falhando, levando à conclusão de que “a mudança de regime era a única solução realista para o problema do regime de Saddam Hussein e sua ambição em desenvolver e implantar as ADMs”.

Antes mesmo do 11 de setembro, o governo Bush já havia começado a rever o modo político pelo qual se relacionava com o Iraque, optando por uma postura deliberadamente ofensiva. No entanto, com os ataques terroristas, os Estados Unidos encontraram o ensejo necessário para ser o estopim do redirecionamento político que colocava a mudança de regime iraquiano como a prioridade estratégica da nação. Nessa ocasião, a estratégia estava traçada: o Iraque seria a personagem-chave da maior mentira norte-americana dos tempos atuais, e a difusão do medo, materializada na guerra contra o terror, abriria espaço para a legitimação da guerra política estadunidense. Nesse sentido, compreende-se que a guerra do Iraque permanece na mesma lógica de guerra política descrita por Clausewitz e endossada por Aron (2002), um meio para a obtenção de recursos estratégicos que asseguram a sobrevivência.

Desse modo, a guerra contra o terror possuía alvos claros e específicos: países com formas ditatoriais de governo e, especialmente, localizados em regiões de excepcionais reservas petrolíferas. Para analisar como a mentira estratégica internacional se inseriu no contexto da guerra do Iraque em 2003, é importante compreender quais eram os reais interesses dos Estados Unidos. Considerando que o 11 de setembro e a guerra contra o terrorismo eram apenas um pretexto oportuno, o que de fato o governo estadunidense tinha em vista ao promover uma guerra? A resposta se relaciona diretamente aos cálculos de poder da política internacional.

Desde o período de Truman, os Estados Unidos estavam preocupados em estabelecer certo controle na região do Golfo pérsico, e as investidas do Iraque em maximizar seu poderio na região se configuravam como um empecilho aos interesses estadunidenses. Segundo Yergin (2014), o Iraque poderia ampliar a projeção do seu poder para além do Golfo Pérsico, mediante a maximização de sua influência política na região; fato este que se concretizaria, caso o país fosse bem sucedido na invasão do Kuwait, garantindo o controle das expressivas reservas petrolíferas do país. Certamente os Estados Unidos não assistiriam passivamente ao soergimento de uma ameaça regional, a qual intentava mudar o equilíbrio de poder na região do Golfo. A resposta estadunidense, portanto, foi ofensiva e de ataque.

Ao lutar contra o terror, os Estados Unidos parecem ter causado um terrorismo muito maior que o ataque às torres gêmeas. Acerca dos controversos argumentos de segurança

internacional, Zakaria (2008, p. 158-9) ressalta que enquanto os Estados Unidos vão ao redor do mundo afirmando que países detentores de algumas ogivas nucleares são perigosos, eles mesmos detêm significativo arsenal ilegal de armas nucleares próprias.

O terrorismo é uma estratégia de ataque, e é simbólico, porque ao atacar um alvo, busca provocar outro. Não é sem razão que a disseminação do medo é utilizada. Não se deve apressadamente crer que toda a política externa estadunidense foi mudada do dia para a noite em função de um ataque surpresa, por mais trágico que este tenha sido. “Anteriormente, poucas pessoas pensavam o terrorismo como uma séria ameaça à segurança global. Após o 11/9, de repente o terrorismo tornou-se a peça central de segurança nacional da estratégia dos EUA, e uma prioridade mundial” (CRENSHAW, 2008, p. 67). Esta ênfase não é sem intenção; há um cálculo de poder por trás de cada iniciativa política, porque o Estado é um ator racional. Sendo assim, seria mais provável pensar que os meios é que foram rapidamente mudados, mas a política estadunidense sobre o Iraque continuava a mesma.

A guerra do Iraque em 2003 se estendeu por cerca de um decênio (formalmente, o término da guerra do Iraque foi anunciado por Barack Obama em um discurso proferido em 21 de outubro de 2011), e a ênfase terrorista estadunidense não encontrou comprovações verídicas sobre as quais se apoiar. Não havia armas nucleares, não havia associação à Al-Qaeda e Osama Bin Laden, não havia razões, além da defesa estratégica no equilíbrio de poder, pelas quais atacar o Iraque (MEARSHEIMER, 2012, p. 77-9).

A guerra contra o terror, sustentada na mentira estratégica da difusão do medo, envolveu todos os tipos principais tipos de engano desenvolvidos por Mearsheimer (2012). Muitas manifestações de engano se fizeram necessárias, porque o Iraque não representava uma iminente ameaça, haja vista serem os Estados Unidos uma hegemonia regional que atua de modo direto no equilíbrio de poder do sistema internacional, tendo ainda a vantagem estratégica de ter sua localização geográfica favorecida pela imponente barreira defensiva das águas oceânicas.

Segundo Mearsheimer (2012, p. 90), Estados que são *offshore balancers* tendem a difundir o terror, porque a grande massa de águas que os circundam como uma barreira defensiva aumenta a sua segurança, bem como a necessidade de os governantes persuadirem sua própria população acerca da ameaça que determinado inimigo possa representar, para enfim motivar o ataque.

A difusão do medo se encaixa perfeitamente ao caráter de guerra de escolha na Invasão do Iraque, bem como aos preceitos realistas ofensivos, os quais ressaltam a atenção contínua dos Estados aos cálculos de poder.

O governo estadunidense obteve o apoio populacional para invadir o Iraque e estabeleceu o paradigma de segurança internacional, o qual fortalecia o comportamento que os Estados Unidos já vinham desenvolvendo ao longo dos anos, o papel de “polícia do mundo”. Contudo, estas mentiras são, uma a uma, refutáveis, e foram descobertas quando já se podia considerar que a estratégia estadunidense havia prosperado naquilo que intentou. Segundo, Mearsheimer, os integrantes do alto escalão da Al-Qaeda, detidos logo após o 11 de setembro, disseram em interrogatórios individuais que não existia qualquer ligação entre Iraque e Al-Qaeda. Além disso, os inspetores da OPAQ/ONU não puderam encontrar qualquer vestígio de armas nucleares entre novembro de 2002 e março de 2003, mesmo tendo acesso ilimitado a todo o território do Iraque (MEARSHEIMER, 2012, p. 76 -7). Segundo Mearsheimer, a verdade é que a mentira estratégica para a invasão ao Iraque foi-se transformando, ao longo dos anos, em um desastre estratégico para os Estados Unidos.

Nesse sentido, afirma Brigham (2006), as contínuas investidas dos Estados Unidos em guerras de escolha têm ameaçado sua política externa nos anos posteriores. Tanto a guerra do Vietnã quanto a guerra do Iraque causaram tamanho estrago estratégico que podem exemplificar como os erros de uma administração estatal podem limitar a ação estratégica da administração posterior. Além dos danos externos, as mentiras estratégicas podem vir a prejudicar o próprio Estado que os impetrou. Para Said (2001), as contínuas intervenções estadunidenses no Oriente Médio têm gerado a insegurança de Estados e grupos políticos da região, como também tem acentuado a hostilidade presente na sede de vingança dos grupos políticos atacados. O 11 de setembro demonstra como inocentes civis estadunidense sofreram o dano referente ao acúmulo de anos de ingerência bélica de seu Estado nos limites do mundo islâmico de um modo geral.

A lógica realista ofensiva, contudo, dirá que se um Estado tem a oportunidade de atacar, mediante as capacidades relativas superiores que apresenta, ele o fará. Porém não deixará de considerar a racionalidade política presente em cada ação estratégica. Cabe ao Estado fazer os devidos cálculos da antecipação do ataque e, assim, avaliar o que lhe beneficiará mais, seja atacar ou retroceder. Tendo em vista que o ataque imediatamente bem-sucedido implicará desvantagem estratégica posterior, não necessariamente pode ser considerado como a melhor medida política empreendida.

Considerações Finais

As mentiras são um fenômeno político real e comprovadamente estabelecido nas relações de poder entre os Estados, não importando qual seja a forma de governo que estes

apresentem. Embora não sejam corriqueiras na diplomacia, quando empregadas, podem reverter difíceis circunstâncias políticas com otimização de tempo e de recursos materiais. Elas são ferramentas meticulosamente arquitetadas por atores políticos racionais, dotados de interesses diversos e, por vezes, conflitantes aos demais no sistema internacional. Sua utilidade é o que engrandece a sua relevância política, porém o benefício que esta arma proporciona a um ator necessariamente acarretará a desgraça de outro, senão dos dois.

O realismo ofensivo explica que a vantagem estratégica para a segurança de um Estado não pode ocorrer sem que os demais atores sejam ameaçados, pois ainda que tal Estado não tenha, de fato, intenções hostis em relação aos demais, não existem garantias concretas de que não utilizará o acúmulo de poder disponível para o ataque. Em vista da relevância estratégica evidente, a consideração mais contundente que se pode propor acerca da instrumentalização da mentira no cenário político internacional é que o rigor da urgência circunstancial determinará a eficácia de sua utilidade.

Utilizou-se aqui da descrição e da análise da participação estadunidense na invasão do Iraque no ano de 2003. Parece claro que o ocorrido em 11 de setembro de 2001 desencadeou uma nova fase para os estudos de segurança internacional, notadamente aquela relacionada ao terrorismo, mas também uma nova fase de tomadas de decisões por parte dos Estados considerando um significativo aumento da incerteza no cenário político internacional.

Esta incerteza, quando elevada a níveis cujas ações tradicionais não se mostram adequadas, e, sobretudo, preparadas para um confronto, geram nos tomadores de decisões dos Estados a ânsia por decisões e explicações à sua população de forma célere. O que se apresenta aqui é que estas respostas podem ser sustentadas por falácias ou, como foi amplamente apresentado aqui, pelo uso do instrumento da mentira, seja em âmbito doméstico, seja no cenário internacional. Para sustentar esta hipótese, utilizou-se da abordagem originalmente apresentada por J. Mearshimer, que coerentemente estrutura sua análise do uso da mentira por parte de líderes políticos visando a objetivos de interesse específico (o poder e sua manutenção) ou geral (a resposta almejada por parcela da sociedade). De toda forma, acredita-se que o propósito de apresentar teoricamente e comprovar empiricamente o uso da mentira em âmbito internacional foi atingido.

Referências

- ALTERMAN, E. (2004). **When Presidents Lie: A History of Official Deception and Its Consequences**. Nova York: Viking.
- ARON, R. (2002). **Paz e Guerra Entre as Nações**. Brasília: Editora UnB.
- BARNES, J. A. (1994). **A Pack of Lies: Towards a Sociology of Lying**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (1998). **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB.
- BOK, S. (1999). **Lying: Moral Choice in Public and Private Life**. 2ª ed. Nova York: Vintage Books
- BRIGHAM, R. K. (2006). **Iraq, Vietnam, and the Limits of American Power**. New York: Public Affairs.
- BULL, H. (2002). **A Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem na Política Mundial**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Brasília: Instituto de Relações Internacionais da UnB.
- CANDIOTTO, C. (2007). Verdade e Diferença no Pensamento de Michel Foucault. **Kriterion**, Belo Horizonte, 115 (jun): 203-17.
- CARR, E.H. (2001). **Vinte Anos de Crise, 1919-1939**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Brasília: Instituto de Relações Internacionais da UnB.
- CLAUSEWITZ, C. V. (1976). **On War**. Trad. and Ed. Michael Howard e Peter Paret. Princeton, NJ: Princeton University Press..
- CRENSHAW, M. (2008). Terrorism and Global Security. In CROCKER, Chester A; HAMPSON, Fen Osler & AALL, Pamela (ed.). **Leashing the Dogs of War**. Washington: United States Institute of Peace, 67 – 82.
- HOBBS, T. (1928). **The Elements of Law Natural and Politic**. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEARSHEIMER, J. J. (2001) **The Tragedy of Great Power Politics**. New York/ London: Norton Company.
- _____. (2012). **Por que os Líderes Mentem: Toda a Verdade Sobre as Mentiras na Política Internacional**. Rio de Janeiro: Zahar..
- MINGST, K. A. (2009). **Princípios de Relações Internacionais**. 4. ed. Trad. Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier.
- MONTOPOLI, B. (2011). **Obama Announces End of Iraq War, Troops to Return Home By Year End**, publicado em CBS News [<http://www.cbsnews.com/news/obama-announces-end-of-iraq-war-troops-to-return-home-by-year-end/>]. Disponibilidade: 29/05/ 2015.

MORGENTHAU, H. (2003). **A Política entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Brasília: Instituto de Relações Internacionais da UnB.

RITCHIE, N; ROGERS, P. (2007). **The Political Road To War With Iraq: Bush, 9/11 and the drive to overthrow Saddam**. New York: Routledge.

SAID, E. W. (2001). They Call All Resistance "Terrorism". **International Socialist Review**, 19, Aug/Sep.

WALTZ, K. (2002). **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva.

WEBER, M. (1999). **Sociologia**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

YERGIN, D. (2014). **A Busca: Energia, Segurança e Reconstrução do Mundo Moderno**. Trad. Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Intrínseca.

ZAKARIA, F. (2008). **The Post American World**. New York: W.W.Norton & Company.